



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

**Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo - Área: Controle Externo
Auditoria, Fiscalização e Avaliação da Gestão Pública
Auditoria de Tecnologia da Informação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I
Conhecimentos Específicos II**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos IICaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a resposta da Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Eduardo Coutinho, artista generoso

Uma das coisas mais bonitas e importantes da arte do cineasta Eduardo Coutinho, mestre dos documentários, morto em 2014, está em sua recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo. Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos, ele vê de perto pessoa por pessoa, surpreendendo-a, surpreendendo-se, surpreendendo-nos. Não lhe dizem nada expressões coletivistas como “os moradores do Edifício”, os “peões de fábrica”, “os sertanejos nordestinos”: os famigerados “tipos sociais”, usualmente enquadrados por chaves, dão lugar ao desafio de tomar o depoimento vivo de quem ocupa aquela quitinete, de investigar a fisionomia desse operário que está falando, de repercutir as palavras e os silêncios do morador de um povoado da Paraíba.

Essa dimensão ética de discernimento e respeito pela condição singular do outro deveria ser o primeiro passo de toda política. Nem paternalismo, nem admiração prévia, nem sentimentalismo: Coutinho vê e ouve, sabendo ver e ouvir, para conhecer a história de cada um como um processo sensível e inacabado, não para ajustar ou comprovar conceitos. Sua obsessão pela cena da vida é similar à que tem pela arte, o que torna quase impossível, para ele, distinguir uma da outra, opor personagem a pessoa, contrapor fato a perspectiva do fato. Fazendo dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho viveu como um homem/artista crítico para quem já existe arte encarnada no corpo e suspensa no espírito do outro: fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos, apresenta-se, mostra-se, mostra-o, mostra-nos.

(Armando Post, inédito)

1. Ao se referir à *recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo*, identificando-a como uma característica da arte de Eduardo Coutinho, o autor do texto enaltece a capacidade que tem esse cineasta de
- (A) reproduzir os lugares-comuns e as fórmulas conhecidas, aderindo aos valores socialmente aceitos e dados por nós como irrefutáveis.
 - (B) rejeitar as perspectivas estereotipadas que, de forma intempestiva, condicionam nosso modo de enxergar as coisas.
 - (C) desviar-nos da tentação de embaralhar a compreensão que temos da vida, quando ele simplifica e enrijece os valores pelos quais devemos nos guiar.
 - (D) dissipar os valores éticos, substituindo-os por critérios pessoais capazes de nos tornar mais determinados em nossas iniciativas.
 - (E) evitar decididamente os parâmetros estranhos aos códigos sociais já firmados, para que não nos enganemos na apreciação das coisas.

2. Atente para as seguintes afirmações sobre Eduardo Coutinho e sua arte:

- I. As *expressões coletivistas* referidas e exemplificadas no primeiro parágrafo são aquelas que ajudam o cineasta a reconhecer a contribuição original de cada cidadão no exercício de sua função social.
- II. Deve-se entender que, em seus documentários, o cineasta valoriza sobretudo a singularidade das pessoas retratadas, em vez de tomá-las como tipos sociais já identificados e rotulados.
- III. O foco de atenção que o cineasta faz incidir sobre as pessoas que retrata é tão intenso e bem trabalhado que elas surgem como personagens que se revelam para nós em toda a sua verdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A admiração pela arte de Eduardo Coutinho, patente nesse texto, justifica-se pelo fato de que o cineasta está preocupado em reconhecer a humanidade das criaturas retratadas, em vez de aceitar a visão estereotipada que se tem delas.
- (B) Patenteiam-se nesse texto a caracterização pessoal que Eduardo Coutinho atribui à seus personagens, cuja dimensão humana é assim admirada e afasta, deste modo, a visão já estereotipada que se costuma ter tanto dela como das demais criaturas.
- (C) É admirável como Eduardo Coutinho, a partir deste texto, revela toda uma arte pessoal quando deixa cair por terra as visões de um mundo pré-estabelecido, ao invés de fraglar, em cada uma das criaturas, a humanidade de um rosto inteiramente original.
- (D) Na medida em que o cineasta Eduardo Coutinho demonstra respeitar a visão original de suas criaturas, em vez de dotá-las como simples estereótipos, sua arte deve ser louvada pelo fato de contribuir para com uma visão crítica pela qual se ultrapassa os parâmetros banais.
- (E) Ao pautar sua arte por uma perspectiva original, em cujo valor jamais se afasta, Eduardo Coutinho não abre mão em favor das visões já viciosas que não nos permitem distinguir as pessoas, tomadas como se fossem tão somente tipos sociais extratificados.

4. Ocorre a transposição correta da voz ativa para a passiva, preservando-se a concordância adequada, no segmento:

- I. *Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos* = em vez de ser contemplado a distância por grupos e segmentos
- II. *para conhecer a história de cada um* = para se conhecer a história de cada um
- III. *fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos* = a câmera é fixada, os olhos e os ouvidos são abertos

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



5. Os tempos e os modos verbais estarão corretamente articulados na frase:

- (A) Eduardo Coutinho, morto em 2014, destacara-se como um mestre dos documentários, cuja arte contemplasse o depoimento vivo, sempre que rejeitava o retrato estereotipado das pessoas.
- (B) A exemplo do que houvesse na arte de Eduardo Coutinho, o primeiro passo de toda política deveria ter levado em conta o respeito pela condição singular do outro, conquanto, para isso, surgiam dificuldades.
- (C) Caso não fizesse dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho não viveria como um artista crítico, para quem já houvesse arte encarnada no corpo e suspensão no espírito do outro.
- (D) Em seu processo criativo, Coutinho saberia ver e ouvir e, conseqüentemente, havia se acercado da história de cada um como um processo sensível e inacabado, sem que fosse necessário ajustar conceitos.
- (E) A obsessão que Coutinho demonstraria pela cena da vida era similar à que tivesse pela arte, e isso fez com que seja quase impossível, para Coutinho, opor personagem a pessoa.

6. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A perspectiva ética aonde Coutinho manifesta todo o respeito pela pessoa que retrata é uma das características nas quais seus filmes se distinguem.
- (B) O paternalismo e o sentimentalismo, posições das quais muitos se agarram para tratar o outro, não são atitudes por onde Coutinho tenha mostrado qualquer inclinação.
- (C) As expressões coletivistas, com cujas Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões em que se deixam impressionar as pessoas de julgamento mais apressado.
- (D) As pessoas por quem Coutinho se interessasse eram retratadas de modo a ter destacados os atributos pelos quais ele se deixara atrair.
- (E) Os paradigmas já mecanizados, nos quais muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito, pois só lhe importava a singularidade de cuja as pessoas são portadoras.

7. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) A rejeição que demonstra Coutinho a preconceitos sociais (**distinguir**) sua obra da de outros documentaristas.
- (B) Grupos ou classes sociais, numa visão a distância, não (**merecer**) desse cinesta qualquer atenção especial.
- (C) Não (**dever**) satisfazer-se um bom documentarista com os paradigmas já cristalizados.
- (D) Aos tipos sociais já reconhecidos (**faltar**) a imprescindível singularização dos indivíduos.
- (E) Sertanejos nordestinos e peões de fábrica são designações que não (**derivar**) senão de uma mera tipologia.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de um pensador ilustrado do século XVIII:

Do adultério

O adultério é um crime para todos os povos da terra; o adultério das mulheres, entenda-se, visto terem sido os homens que fizeram as leis. Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba, introduz nas famílias herdeiros estranhos. Acrescente-se a essas razões a crueldade do ciúme, e não será surpreendente que em tantas nações, mal saídas do estado selvagem, o espírito de propriedade tenha decretado a pena de morte para sedutores e seduzidas.

(VOLTAIRE, **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-64)

8. Ao considerar o adultério como crime que penaliza sobretudo as mulheres, Voltaire estabelece uma íntima conexão entre
- (A) o preconceito masculino e a moralidade religiosa.
 - (B) a ética própria do século XVIII e a capacidade feminina de sedução.
 - (C) a origem autoral da legislação e o direito de propriedade.
 - (D) a volubilidade masculina e o oportunismo feminino.
 - (E) a administração política e os direitos da família.

9. *Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba.*

Dando nova redação à frase acima, ela se manterá coerente e formalmente correta em:

- (A) Ainda que se vejam como proprietários, os homens consideram que o adultério as rouba, tal e qual pode acontecer com um de seus bens.
- (B) Os homens entendem o adultério como um roubo, uma vez que consideram suas esposas um bem de que um terceiro se apropria.
- (C) Como as esposas são bens inalienáveis dos homens, qualifica-se como roubo aquele que as usurpam de seu legítimo proprietário.
- (D) Uma vez premeditado o adultério como um roubo, os homens passam a ver suas esposas como parte de seu patrimônio do qual foi usurpado.
- (E) Não obstante se considere que as esposas sejam parte de seus bens, os homens passam a ver como um roubo o adultério que os privam delas.

10. As leis? Ora, como são os homens que elaboram as leis, eles usam essas leis a seu favor, dão a essas leis um caráter coercitivo, tornam essas leis um instrumento de penalização das mulheres adúlteras.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) elaboram-nas – usam-lhes – dão-lhes – tornam-lhes
- (B) as elaboram – usam-nas – dão-nas – as tornam
- (C) elaboram-lhes – as usam – lhes dão – lhes tornam
- (D) elaboram-nas – lhes usam – dão a elas – tornam-lhes
- (E) as elaboram – usam-nas – dão-lhes – tornam-nas

**Direito Constitucional**

11. A Constituição Federal, embora preveja a emenda constitucional como instrumento de alteração de seu texto,
- (A) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei complementar que preveja direitos e garantias individuais além daquelas já acolhidas no texto constitucional.
 - (B) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei ordinária em matéria de garantias individuais, desde que seja aprovada em cada uma das Casas Legislativas por três quintos dos votos de seus membros.
 - (C) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional tratado internacional que verse sobre qualquer matéria, desde que aprovado mediante o mesmo procedimento previsto para a emenda constitucional.
 - (D) veda a aprovação de emenda constitucional nos seis meses que antecederem as eleições federais e estaduais, salvo se a proposta for subscrita por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (E) veda a aprovação de emenda constitucional que suprima a autonomia de Estados e Municípios em relação à União.
12. Considerando a necessidade de elevar arrecadação tributária e de reduzir as despesas da Administração pública, foi aprovada lei estadual que determinou, entre outras medidas, que
- I. a rede pública estadual de saúde somente fornecerá medicamentos para os indivíduos nascidos no próprio Estado.
 - II. a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos automotores será 2% mais elevada para os contribuintes nascidos em outras regiões do território nacional.
 - III. seja extinto o benefício do décimo terceiro salário pago aos servidores públicos.
- É INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a determinação legal constante em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.
13. Servidor público estadual ocupante de cargo de Procurador do Estado teve sua aposentadoria concedida em 2014, após completar os requisitos constitucionais. Atualmente, na inatividade, foi aprovado em concurso público para emprego de advogado em empresa pública estadual, tendo tomado posse. De acordo com a Constituição Federal, é
- (A) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, tendo o servidor o direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego, ao completar os requisitos constitucionais.
 - (B) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas o servidor não terá direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego.
 - (C) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, podendo o Tribunal de Contas do Estado considerar ilegal a acumulação.
 - (D) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas apenas o Poder Judiciário poderá considerar ilegal a acumulação, nos termos da Constituição Federal.
 - (E) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas a Administração pública não poderá declarar a ilegalidade da cumulação, sequer mediante prévio processo judicial, considerando o direito adquirido do servidor.
14. A autoridade federal competente para julgar processo administrativo de imposição de multa decidiu por aplicar a pena de multa ao administrado, impondo-lhe, ainda, o ônus de depositar o respectivo valor como condição de admissibilidade do recurso administrativo cabível.
- Sabendo que a exigência da autoridade administrativa contraria teor da súmula vinculante 21 (segundo a qual é *inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo*), o administrado pretende propor reclamação constitucional para que não seja obrigado a depositar o valor da multa como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- De acordo com a Constituição Federal, a reclamação constitucional é, em tese,
- (A) incabível.
 - (B) cabível, devendo ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) cabível, devendo ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) cabível, devendo ser proposta perante o Tribunal Regional Federal competente.
 - (E) cabível, devendo ser proposta perante a autoridade administrativa superior.



15. Considerando que a despesa com pessoal ativo e inativo vinculado ao Poder Executivo do Estado superou o limite estabelecido em lei complementar, o Governador determinou a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, as medidas tomadas pelo Estado foram insuficientes para que o limite da despesa com pessoal ativo e inativo fosse atingido no prazo previsto na Lei Complementar, o que motivou a União a suspender os repasses de verbas federais ao Estado. A determinação do Governador para a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- (A) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também incompatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
- (B) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, é compatível com a Constituição Federal a determinação da União.
- (C) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, a determinação da União é inconstitucional.
- (D) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a determinação da União. No entanto, o ato do Governador que prescreveu a exoneração de servidores não estáveis é inconstitucional.
- (E) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também compatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.

Direito Administrativo

16. O princípio da eficiência constante da Constituição da República possui conteúdo variável, relacionado com a finalidade da atuação da Administração pública, de modo que
- (A) não se aplica aos entes da Administração pública indireta, tendo em vista a submissão a regime jurídico de direito privado, que está adstrito a persecução de lucro.
- (B) tem lugar sempre que a observância das disposições normativas expressas constitua em cronograma de atuação mais longo, pois permite excepcionais, na busca por melhores resultados econômicos.
- (C) sempre que a Administração pública tiver que optar entre duas soluções para a mesma problemática, decidirá por aquela que represente auferição de maior lucratividade.
- (D) somente se aplica às empresas estatais que não sejam prestadoras de serviço público, posto que a finalidade lucrativa, diretriz principal daquele princípio, é inerente à atuação das exploradoras de atividade econômica.
- (E) nem sempre significa o direcionamento da ação estatal a juízos puramente econômicos, recomendando a utilização mais satisfatória dos recursos públicos caso a caso.

17. A Constituição da República estabelece uma série de competências e atribuições para o Poder Público em favor da população. A execução material dessas atividades
- (A) deve se dar em regime de exclusividade pelos entes federados indicados na Constituição Federal, caso contrário, perdem a qualificação de serviços públicos.
- (B) depende de delegação à iniciativa privada, a fim de garantir o volume de investimentos necessários ao bom desempenho, sob a forma de permissão ou concessão.
- (C) pode se dar em regime de exclusividade ou não, admitindo-se a delegação à iniciativa privada nos termos da lei, que pode autorizar a outorga da titularidade por tempo determinado e mediante remuneração proporcional a tanto.
- (D) pode ser atribuída à iniciativa privada, sem prejuízo de eventual prestação direta, mas se estiverem sujeitos à livre iniciativa, prescindindo de delegação ou mesmo autorização, não se consubstanciam em serviço público.
- (E) pode ser feita somente pelos entes integrantes da Administração direta e indireta, tendo em vista que deve observar o regime jurídico de direito público.
18. A Administração pública lançou um edital para contratação de serviço de fornecimento de merenda escolar para a rede pública de ensino fundamental, com base na Lei nº 8.666/1993. Escolheu o critério de técnica e preço para o julgamento das propostas. Em sede de exame prévio de edital, o Tribunal de Contas competente apontou a ilegalidade do critério escolhido, diante do objeto da contratação, e determinou a suspensão do procedimento. Um empresário do setor interessado na contratação do fornecimento, não satisfeito, ingressou com ação popular, observando os requisitos de cabimento e legitimidade, pleiteando o cancelamento do certame e nova confecção de edital. O Poder Judiciário
- (A) tal qual o Tribunal de Contas, não pode interferir na licitação em curso, sob pena de ingressar no juízo discricionário da Administração pública, à qual compete a escolha do critério de julgamento das licitações que promover.
- (B) não pode analisar o edital, limitando-se apenas a manter a suspensão já determinada, tendo em vista que a matéria já está sendo objeto de exame na Corte de Contas, evitando, assim, decisões conflitantes.
- (C) pode anular a licitação, tendo em vista que o fundamento da decisão está adstrito à ilegalidade do critério estabelecido em desconformidade com a Lei nº 8.666/1993, não obstante já tenha havido impugnação no Tribunal de Contas.
- (D) exerce controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública, de modo que lhe é permitido apreciar os aspectos legais das licitações promovidas pelo Poder Público, bem como a respeito da economicidade e vantajosidade, independentemente de interferirem na legalidade.
- (E) pode suspender o certame, uma vez que o Tribunal de Contas já apreciou e lançou apontamentos ao edital, vedada, no entanto, a anulação do certame, devendo se aguardar eventual celebração do contrato para análise do cabimento de sua anulação, pois somente esse ato pode ensejar prejuízo à Administração.



19. Josué é funcionário público, ocupando cargo efetivo no quadro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em razão de sua formação superior na área de ciências contábeis, foi convidado a ocupar a função de diretor financeiro da empresa estatal que atua na exploração de rodovias estaduais. Josué, não obstante tenha se interessado pelo convite, ficou com receio de que seu afastamento desfavorecesse os direitos e vantagens a que faz jus como titular de cargo efetivo. A propósito desse aspecto, a Lei nº 9.826/1974 estabelece que

- (A) os direitos e vantagens conferidos aos ocupantes de cargos públicos efetivos não se transferem aos ocupantes de empregos públicos, posto que estes prescindem de concurso público para serem preenchidos.
- (B) o afastamento de funcionário público ocupante de cargo efetivo não impacta no recebimento de nenhum direito ou vantagem, em razão da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos.
- (C) em se tratando de ocupar outro cargo estadual de provimento em comissão, o tempo de serviço será computável para todos os fins em favor do servidor Josué.
- (D) é vedado o afastamento de servidor público ocupante de cargo efetivo para ocupar outro cargo na Administração pública, tendo em vista que equivaleria a colocar o cargo original em disponibilidade.
- (E) apenas o afastamento que dependa de autorização legislativa pode ser computado como tempo de efetivo serviço.

20. Durante a realização de um Festival de Rodeio e Gastronômico, foi feita uma denúncia anônima indicando suposta armazenagem de alimentos *in natura* no mesmo ambiente em que estavam instalados alguns animais que participariam das apresentações culturais do evento. A Administração pública competente destacou delegação para apuração das denúncias. No local, os agentes públicos constataram que, além da armazenagem inadequada dos alimentos, os animais estavam sofrendo maus-tratos. Diante desse quadro, os agentes públicos, considerando a competência legal que desempenham,

- (A) devem interditar o local onde foram constatadas as ilegalidades e lavrar auto de infração, a fim de impedir que sejam causados danos à saúde dos frequentadores do evento, diferindo a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (B) devem instaurar processo administrativo emergencial para punição dos responsáveis, sendo possível requerer ao superior a emissão de auto de lacração do evento.
- (C) podem lavrar boletim de ocorrência e propor ao Ministério Público o ajuizamento de ação civil para responsabilização civil dos organizadores do evento.
- (D) devem ajuizar ação judicial, pleiteando tutela de urgência para interdição do estabelecimento onde foram constatadas as ilegalidades.
- (E) precisam de autorização judicial para ingressar no evento, a fim de levar a efeito a fiscalização determinada pelas autoridades.

Controle Externo

21. A Constituição do Estado do Ceará estabelece que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, sob pena de

- (A) multa.
- (B) exoneração.
- (C) demissão a bem do serviço público.
- (D) responsabilidade solidária.
- (E) responsabilidade subsidiária.

22. No exercício do controle externo, uma das medidas que pode ser adotada é a sustação de contratos. Nos termos da Constituição Federal, esse ato de sustação será adotado diretamente pelo

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Plenário do Tribunal de Contas.
- (D) Presidente da República.
- (E) Ministério Público.

23. Os Ministros do Tribunal de Contas da União e os Conselheiros do TCE-CE terão, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (E) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Desembargador do Tribunal de Justiça.

24. Sobre a competência do TCE-CE, prevista na sua Lei Orgânica, é correto afirmar que

- (A) a fiscalização contábil do Ministério Público Estadual, por ser órgão autônomo, somente poderá ocorrer por solicitação da Assembleia Legislativa.
- (B) abrange fazer a análise trimestral dos balancetes de arrecadação a cargo do Estado do Ceará.
- (C) cabe apreciar, para fins de registro, a concessão de melhorias posteriores que não alterem a fundamentação legal do ato concessório de aposentadoria.
- (D) pode representar o poder competente sobre irregularidades ou abusos, exceto quanto aos Secretários de Estado.
- (E) deve apreciar, mensalmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado.



25. Durante a execução dos seus trabalhos, numa das Câmaras do TCE-CE houve fundada arguição de inconstitucionalidade não decidida pelo Plenário. Nesse caso, a Câmara poderá
- (A) remeter os autos ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) remeter os autos ao julgamento pelo Plenário.
 - (C) julgar o processo no estado em que se encontra.
 - (D) sobrestar o julgamento até que ela mesma verifique a plausibilidade do argumento.
 - (E) trancar a pauta até que o Plenário se manifeste sobre o caso.

Economia do Setor Público

26. As externalidades resultam das ações de indivíduos e firmas que consideram apenas seus benefícios e custos privados, não observando os benefícios e custos sociais. Nesse sentido, é correto afirmar:
- (A) A Lei de Desarmamento sancionada pelo Governo Federal na década passada utilizou um subsídio para incentivar os cidadãos a reforçar uma externalidade positiva: a redução das armas de fogo em posse de civis, visando à diminuição dos acidentes domiciliares.
 - (B) A Guerra Fiscal entre os governos estaduais não pode ser considerada uma externalidade, pois a decisão de um estado de reduzir o ICMS para atrair novas empresas não afeta a base de arrecadação das outras unidades da federação.
 - (C) Os problemas associados à emissão de poluentes na atmosfera podem ser corrigidos por meio do livre jogo das forças de mercado.
 - (D) Os congestionamentos nas grandes cidades brasileiras resultam da interação entre oferta e demanda no mercado de automóveis, não podendo ser entendida como uma externalidade, dado que é um direito de todo cidadão utilizar seu automóvel.
 - (E) A forma de correção de uma externalidade é sempre a regulamentação governamental dos mercados em que se dá a existência daquelas, pois soluções via mercado são incapazes de contornar tal problema.
27. A carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público. Sobre ela, no caso brasileiro, tem-se que
- (A) a arrecadação de impostos indiretos constitui uma das principais fontes de recursos para todos os entes federativos.
 - (B) a cobrança do ICMS é motivo de harmonização tributária entre os estados da federação e suas subunidades municipais, os quais dividem a prerrogativa da arrecadação desse imposto.
 - (C) a contribuição sobre intervenção no domínio econômico é um imposto estadual, destinado à construção de ferrovias estaduais e de portos secos com vistas à melhor utilização do território nacional.
 - (D) o imposto de renda é um tributo federal que incide apenas indiretamente sobre a renda dos contribuintes, pois sua alíquota varia de acordo com as faixas de renda dos cidadãos.
 - (E) a carga tributária líquida é sempre maior do que a carga tributária bruta, pois esta última definição desconsidera as transferências que o governo deve efetuar por lei para os contribuintes.

28. Dentre as funções econômicas do governo, a função
- (A) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituam o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
 - (B) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
 - (C) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
 - (D) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
 - (E) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

29. As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO
- (A) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
 - (B) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
 - (C) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
 - (D) representam o estoque total da dívida pública de um país.
 - (E) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

30. Sobre o modelo brasileiro de federalismo fiscal, é correto afirmar:
- (A) Os municípios são responsáveis pela arrecadação de impostos sobre patrimônio de baixa mobilidade, como o Imposto Territorial Rural – ITR e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, cabendo aos estados o recolhimento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA, outra forma de tributação de patrimônio.
 - (B) A heterogeneidade dentro da federação quanto à renda, às condições de vida, ao grau de urbanização, ao tamanho dos estados e municípios não afeta os níveis de capacidade administrativa e fiscal das unidades estaduais e locais, pois as demandas por serviços se ajustam às características locais.
 - (C) A tributação do consumo é compartilhada apenas entre o governo federal, que recolhe o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e os estados, que coletam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
 - (D) O Fundo de Participação dos Estados é um instrumento apenas marginalmente redistributivo, haja vista que apenas 15% dos recursos são destinados aos estados da federação, partilhados em direta proporção à renda *per capita* de cada unidade federativa.
 - (E) A Constituição promulgada em 1988 refletiu o conflito federativo no país ao determinar a repartição das principais fontes da arrecadação federal (IPI e IR) com estado e municípios, além de estabelecer que qualquer novo imposto criado pela União deve ser partilhado com os outros níveis de governo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Auditoria Governamental**

31. Os elementos de convicção dos trabalhos efetuados pelo profissional de auditoria governamental, devidamente documentados, e que devem ser adequados, relevantes e razoáveis para fundamentar a opinião e as conclusões, segundo as Normas de Auditoria – aplicáveis ao controle externo, são denominados de
- (A) relatórios de auditoria.
 - (B) achados de auditoria.
 - (C) procedimentos de auditoria.
 - (D) evidências de auditoria.
 - (E) certificados de auditoria.
-
32. Determinado servidor do Tribunal de Contas foi designado para realizar trabalhos de auditoria governamental em determinada entidade do setor público. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs, a execução destes trabalhos NÃO inclui
- (A) a avaliação de controles, eventos, operações e transações.
 - (B) o exame de registro e documentos.
 - (C) a obtenção da opinião do ente auditado.
 - (D) a documentação das informações em meio eletrônico ou físico.
 - (E) a identificação dos responsáveis pelos prejuízos apurados, quando houver.
-
33. Determinado Tribunal de Contas pretende realizar auditoria em um hospital público estadual, com o objetivo de verificar a regularidade das compras de medicamentos. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é
- (A) submeter os achados de auditoria, preliminarmente à emissão do relatório, ao responsável pelo controle interno da entidade auditada, para que efetue as devidas correções.
 - (B) encaminhar cópia do relatório preliminar aos responsáveis pelas impropriedades e infringências detectadas na auditoria para que apresentem defesa.
 - (C) submeter o relatório preliminar para obtenção de comentários por parte dos dirigentes da entidade auditada.
 - (D) contratar especialistas no objeto a ser auditado e elaborar o relatório após dar ciência dos resultados alcançados aos dirigentes da entidade auditada.
 - (E) emitir o relatório de auditoria após a análise da defesa apresentada por parte dos dirigentes da entidade auditada.
-
34. A auditoria realizada em determinada autarquia pública na qual o relatório emitido pelos auditores aborda os aspectos da economicidade e da eficiência na aquisição e aplicação dos recursos, assim como da eficácia e da efetividade dos resultados alcançados, refere-se à auditoria
- (A) operacional.
 - (B) de acompanhamento de gestão.
 - (C) de avaliação de gestão.
 - (D) orçamentária.
 - (E) de gestão de recursos.
-
35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração direta e indireta será exercida mediante o controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder. No âmbito do Estado do Ceará, uma auditoria de natureza patrimonial em determinada secretaria estadual, por iniciativa da Assembleia Legislativa, será realizada
- (A) pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.
 - (B) pelo Tribunal de Contas do Estado.
 - (C) pela Auditoria Interna da secretaria.
 - (D) pelo Tribunal de Contas dos Municípios.
 - (E) pela comissão permanente de fiscalização e controle da Assembleia Legislativa.



36. Nas auditorias realizadas sobre processo de prestação de contas anual, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o documento que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas identificadas, bem como avaliará a eficiência e a eficácia da gestão, inclusive quanto à economia na utilização dos recursos públicos, submetendo os autos à autoridade ministerial para pronunciamento e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, é denominado de
- (A) parecer do dirigente do órgão de controle interno.
 - (B) papéis de trabalho de auditoria de gestão.
 - (C) relatório anual de contas do órgão de controle interno.
 - (D) parecer dos auditores do órgão de controle interno.
 - (E) registro de constatações de auditoria de gestão.
-
37. A gestão fiscal, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, será fiscalizada no âmbito do controle externo pelos Tribunais de Contas. Dentre as ênfases da fiscalização, NÃO se
- (A) inclui a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - (B) incluem os limites e as condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
 - (C) incluem as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.
 - (D) inclui o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) inclui o cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
-
38. Em determinada empresa pública estadual, está planejado para o mês de agosto de 2015 a realização de auditoria interna nas contas do ativo imobilizado da empresa. Assim, para alcançar os objetivos da auditoria serão aplicados testes de auditoria. Segundo a NBC TI 01, visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade os testes de auditoria denominados de
- (A) verificações.
 - (B) substantivos.
 - (C) confirmações.
 - (D) observância.
 - (E) controles.
-
39. Na auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2014 da Companhia de Distribuição de Águas e Limpeza de Mananciais do Estado, o auditor constatou diversas distorções. Tendo o auditor obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis. Nestas condições, de acordo com as Normas de Auditoria NBC TAs, deve o auditor
- (A) considerar as demonstrações contábeis irregulares.
 - (B) expressar uma opinião adversa.
 - (C) considerar as demonstrações contábeis regulares, com ressalvas.
 - (D) expressar uma opinião sem ressalva, mas com recomendação.
 - (E) expressar uma opinião com ressalva.
-
40. No exame das contas bancárias – Bancos Conta Movimento do Balanço Patrimonial da Empresa de Distribuição de Gás e Gasolina para os hospitais estaduais, o auditor independente constatou que o encarregado da tesouraria da entidade desviou R\$ 90.000,00 para conta bancária própria. Para justificar-se, foi apresentada ao auditor a quitação de uma duplicata referente a uma compra fictícia. Segundo às Normas de Auditoria – NBC TAs, o ato praticado pelo encarregado da tesouraria caracteriza
- (A) uma fraude, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do auditor independente.
 - (B) um roubo, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do controle interno da entidade.
 - (C) uma fraude, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.
 - (D) um desvio de ativo, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do conselho fiscal da entidade.
 - (E) uma evidência de auditoria que produz distorções irrelevantes nas demonstrações contábeis da entidade.

**Administração Financeira e Orçamentária**

41. Considere que, hipoteticamente, o projeto da Lei Orçamentária Anual do Estado do Ceará teve de ser alterado porque não previa as operações de crédito autorizadas em lei. Da forma como foi originalmente apresentado havia afronta ao princípio orçamentário
- (A) da universalidade.
(B) da anualidade.
(C) da não vinculação.
(D) do orçamento bruto.
(E) da discriminação.
42. A proposta da Lei Orçamentária Anual deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Legislativo acompanhada de exposição circunstanciada da situação econômico-financeira. Essa exposição é denominada
- (A) razão orçamentária.
(B) tabela explicativa.
(C) mensagem.
(D) exposição orçamentária.
(E) fundamentação orçamentária.
43. Os créditos da Fazenda Pública Estadual provenientes de obrigação legal relativa ao IPVA, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, devem ser inscritos, na forma da legislação própria, como
- (A) dívida ativa não tributária.
(B) dívida ativa tributária.
(C) crédito tributário ativo.
(D) crédito tributário vencido.
(E) dívida tributária vencida.
44. As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas créditos adicionais e terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos
- (A) extraordinários e suplementares.
(B) extraordinários e especiais.
(C) suplementares, extraordinários e especiais.
(D) suplementares e especiais.
(E) suplementares.
45. Durante o exercício de 2014 o Governo do Estado do Ceará teve despesas com a manutenção de serviços anteriormente criados, a exemplo da adaptação de bens imóveis. Essas despesas devem ser classificadas como
- (A) de capital.
(B) imobiliárias.
(C) subvenções econômicas.
(D) transferências correntes.
(E) de custeio.
46. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE realizou evento de orientação aos entes por ele fiscalizados. Naquela oportunidade, o representante de uma sociedade, cuja maioria do capital social com direito a voto pertence indiretamente ao Estado do Ceará, questionou se essa sociedade, que recebeu recursos financeiros do Governo do Ceará para pagamento de despesas com pessoal, estava sujeita ou não aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A resposta do TCE-CE foi afirmativa, tendo em vista que essa sociedade se enquadra no conceito de empresa
- (A) paraestatal de capital controlado.
(B) paraestatal dependente.
(C) estatal dependente.
(D) paraestatal controlada.
(E) estatal de capital controlado.
47. O instrumento de planejamento que deve dispor sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, além das condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas é
- (A) o Plano Plurianual.
(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(C) a Lei Orçamentária Anual.
(D) o Plano Nacional Orçamentário.
(E) o Anexo de Riscos Fiscais.
48. Suponha que, em 2014, o Prefeito de um município do Ceará procurou o Governo do Estado e solicitou o repasse de transferências voluntárias, cujo pleito foi atendido. Em 2015, o TCE-CE fiscalizou as contas dos Poderes desse beneficiário e verificou que a despesa total com pessoal do município, com base na receita corrente líquida, encontrava-se em 65%. Nos termos da LRF, essa transferência voluntária deverá ser cessada, salvo se relacionada a ações do setor de
- (A) transportes.
(B) segurança pública.
(C) defesa civil.
(D) assistência social.
(E) obras públicas.
49. A respeito do suprimento de fundos, considere:
- I. aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei.
II. consiste na entrega de numerário a servidor.
III. o empenho pode ser prévio, se sabido o valor da despesa, ou *a posteriori*.
IV. destinado apenas às despesas que se subordinam ao processo normal de aplicação.
- São requisitos para a concessão do suprimento de fundos o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I e II.
50. Nos termos da LRF, o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado do Ceará assumidas em virtude de contratos é denominada
- (A) dívida pública consolidada.
(B) dívida pública mobiliária.
(C) operação de crédito.
(D) refinanciamento da dívida pública.
(E) obrigações públicas consolidadas.



Auditoria de TI

51. Um auditor independente está acompanhando pessoalmente os trabalhos da equipe de informática de uma empresa na execução da configuração do acesso aos sistemas de informação financeiros e contábeis. Esse procedimento básico é de

- (A) inspeção.
- (B) cálculo e recálculo.
- (C) indagação, investigação e confirmação.
- (D) observação.
- (E) revisão analítica.

52. Em uma organização está sendo realizada uma avaliação do processo de gestão, no que se refere a seus diversos aspectos, tais como governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência a normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidades às quais a organização está sujeita. Essa avaliação é típica da auditoria

- (A) independente.
- (B) externa.
- (C) interna.
- (D) de condição.
- (E) de efeito.

53. Por meio da auditoria dos acessos à rede interna da empresa via rede sem fio *wi-fi*, descobriu-se que existe possibilidade de captura do sinal de rede fora do ambiente da empresa (na área do entorno da edificação da empresa). O auditor emitiu um parecer com base nessa informação, apontando que distorções em dados da contabilidade foram causados por acessos não autorizados via *wi-fi*, embora não houvesse comprovação técnica de tal ocorrência. Nesse caso o auditor está correndo um risco de

- (A) auditoria.
- (B) abuso de avaliação.
- (C) legalidade.
- (D) fraude.
- (E) complexidade.

54. A área de TI de uma empresa está passando por uma auditoria que objetiva avaliar os processos de Governança, com o objetivo de se atuar tempestivamente sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos da unidade organizacional, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da missão institucional da Companhia. Essa auditoria é classificada como de espécie

- (A) interventiva.
- (B) de acompanhamento da gestão.
- (C) de inspeção.
- (D) especial.
- (E) integrativa.

55. Um Tribunal de Contas está adquirindo um equipamento de armazenamento de dados em meio magnético. Na licitação emitida pelo Tribunal, todos os preços dos fornecedores estrangeiros poderão ser expressos em dólar norte-americano, porém, os participantes nacionais da licitação não poderão cotar em dólar, mas somente em reais. Considerando a Lei nº 8.666/1993, esse procedimento está

- (A) correto, pois são permitidas cotações em moeda estrangeira em licitações, somente quando o licitante for estrangeiro.
- (B) incorreto, pois não são permitidas licitações públicas em moeda estrangeira.
- (C) incorreto, pois não é permitido fornecedores nacionais ou importadores em território nacional para que seja possível cotar em moeda de outro país.
- (D) incorreto, pois a única moeda estrangeira permitida em licitações é o peso, moeda utilizada no Mercosul.
- (E) incorreto, pois a lei exige igual tratamento entre fornecedores estrangeiros e nacionais.

56. Uma empresa fornecedora de soluções em Tecnologia da Informação pretende beneficiar-se dos incentivos fiscais da Lei nº 8.248/1991 em uma operação de fornecimento de equipamentos receptores de sinal televisivo. Esses benefícios

- (A) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de radiodifusão.
- (B) não serão concedidos, pois a lei trata de regras de licitação e não de benefícios fiscais.
- (C) não serão concedidos, pois equipamentos receptores de sinal televisivo encontram-se numa lista de exceção da lei.
- (D) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de som.
- (E) serão concedidos se os receptores forem incorporados a um aparelho de gravação ou de reprodução de imagem.

Gestão e Governança de TI

57. Uma Política de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação deve conter um procedimento padronizado para o tratamento de incidentes que compreende, nesta ordem, as etapas: 1. Recepção da denúncia ou alerta interno de atividade suspeita, 2. Medidas de contenção imediata do incidente,

- (A) 3. Coleta de informações e evidências; 4. Análise crítica e aplicação de medidas corretivas; 5. Análise das informações e evidências; 6. Notificação dos envolvidos.
- (B) 3. Definição do Plano de ação; 4. Coleta de informações e evidências; 5. Notificação do incidente ao CGI.br; 6. Notificação dos envolvidos.
- (C) 3. Notificação dos envolvidos; 4. Aplicação de solução de contorno; 5. Aplicação de solução de contenção definitiva; 6. Definição das lições aprendidas.
- (D) 3. Coleta de informações e evidências; 4. Análise das informações e evidências; 5. Notificação dos envolvidos; 6. Análise crítica e determinação das medidas corretivas.
- (E) 3. Definição do Plano de ação; 4. Aplicação de solução de contorno; 5. Classificação do incidente; 6. Notificação dos envolvidos.



<p>58. Com relação aos incidentes reportados ao CERT.br (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil), em 2012,</p> <p>I. 49,89% eram notificações de varreduras em redes de computadores, com o intuito de identificar quais computadores estavam ativos e quais serviços estavam sendo disponibilizados por eles.</p> <p>II. 8,25% eram notificações de atividades maliciosas relacionadas com o processo automatizado de propagação de códigos maliciosos na rede por meio de programas capazes de se propagar automaticamente, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.</p> <p>(http://www.cert.br/stats/incidentes/2012-jan-dec/tipos-ataque.html)</p> <p>As afirmações I e II descrevem, respectivamente, notificações de</p> <p>(A) <i>scan</i> e <i>worm</i>.</p> <p>(B) <i>scam</i> e vírus.</p> <p>(C) <i>flood</i> e <i>backdoor</i>.</p> <p>(D) <i>scam</i> e DoS.</p> <p>(E) <i>phishing</i> e <i>spoofing</i>.</p>	<p>61. Segundo a norma NBR ISO/IEC 27005:2011, que trata da Gestão de Riscos de Segurança da Informação,</p> <p>(A) atividades de análise/avaliação de riscos só podem ser realizadas uma vez no processo de Gestão de Riscos.</p> <p>(B) as opções de tratamento do risco são: reduzir o risco, reter o risco, evitar o risco e ignorar o risco.</p> <p>(C) a atividade de tratamento do risco será iniciada somente se a avaliação do risco for satisfatória.</p> <p>(D) atividades de tratamento de riscos só podem ser realizadas uma vez no processo de Gestão de Riscos.</p> <p>(E) a atividade de análise/avaliação de riscos é composta pelas sub-atividades: identificar os riscos, estimar os riscos, classificar os riscos e responder aos riscos.</p>
<p>59. Após o exame no computador do funcionário de uma instituição foi detectada sua participação em um ataque de DDoS sem seu conhecimento, em que seu computador atuava como um "zumbi", controlado remotamente por um atacante. Isso ocorreu porque o computador estava infectado por</p> <p>(A) <i>bot</i>.</p> <p>(B) <i>spyware</i>.</p> <p>(C) <i>trojan</i>.</p> <p>(D) <i>adware</i>.</p> <p>(E) <i>rootkit</i>.</p>	<p>62. A Assinatura Digital é um mecanismo que identifica o remetente de determinada mensagem eletrônica e que</p> <p>(A) utiliza algoritmos de criptografia assimétrica muito rápidos, porém, com a utilização de resumos criptográficos no processo de autenticação, seu desempenho é reduzido, já que a geração destes resumos é lenta.</p> <p>(B) garante autenticidade, não repúdio, confidencialidade e veracidade das informações contidas no documento assinado.</p> <p>(C) é utilizada para garantir o acesso a sistemas ou ambientes computacionais por meio da biometria, uma vez que cada pessoa possui características biométricas únicas.</p> <p>(D) utiliza a função <i>hashing</i> que, a partir de uma mensagem de tamanho fixo, gera um <i>hash</i> de tamanho variável.</p> <p>(E) não impede que o documento seja alterado, porém, caso seja, o seu <i>hash</i> criptográfico será diferente do original, mostrando que houve violação de integridade.</p>
<p>60. Segundo a norma NBR ISO/IEC 27002:2013, a gestão de ativos visa alcançar e manter a proteção adequada dos ativos da organização, sendo que</p> <p>(A) a implementação de controles específicos pode ser delegada pelo proprietário, passando a responsabilidade pela proteção destes ativos a quem assumiu a sua implementação.</p> <p>(B) os níveis de proteção devem ser iguais para todos os ativos, considerando-se que todos eles são importantes para a organização.</p> <p>(C) os ativos de informação são restritos aos aplicativos, sistemas, utilitários, serviços de computação e telecomunicações, aplicativos em nuvem e ferramentas de desenvolvimento.</p> <p>(D) o proprietário do ativo deve ser responsável por definir e, periodicamente, analisar criticamente as classificações e restrições ao acesso aos ativos importantes, levando em conta as políticas de controle de acesso aplicáveis.</p> <p>(E) é facultativo a fornecedores e terceiros seguir as regras para o uso permitido de informações e de ativos associados aos recursos de processamento da informação, porém, é obrigatório aos funcionários.</p>	<p style="text-align: center;">Segurança da Informação</p> <p>63. Em relação ao Processo Unificado, considere:</p> <p>I. É dirigido por casos de uso, pois parte do princípio que o conjunto de casos de uso deve definir e esgotar toda a funcionalidade possível do sistema.</p> <p>II. Como a arquitetura do <i>software</i> resulta de várias versões incrementais, não é centrado em arquitetura.</p> <p>III. É iterativo e incremental, pois assim como nos métodos ágeis, preconiza o desenvolvimento baseado em ciclos iterativos de duração fixa.</p> <p>IV. É focado em riscos, pois prioriza casos de uso mais críticos nos primeiros ciclos iterativos.</p> <p>São características básicas do Processo Unificado o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>



64. Considere o texto a seguir:

É uma técnica para eliciação de requisitos que permite extrair informações de alta qualidade dos usuários, em curto espaço de tempo, através de reuniões estruturadas que buscam decisões por consenso. Ela substitui as entrevistas individuais, e os resultados alcançados garantem um levantamento mais preciso e completo dos requisitos do que os obtidos pelas técnicas convencionais de entrevistas e questionários individualizados. Esta técnica é composta de duas etapas principais: planejamento, que tem por objetivo elicitar e especificar os requisitos; e projeto, em que se lida com o projeto de software. Cada etapa consiste em três fases: adaptação, sessão e finalização.

A técnica citada no texto é conhecida como

- (A) *Brainstorming*.
- (B) *Joint Application Design – JAD*.
- (C) *Etnografia*.
- (D) *Workshop*.
- (E) *Viewpoint-Oriented Requirements Definition – VORD*.

65. É um método ágil que enfatiza o uso da orientação a objetos. Possui duas fases que são "Concepção e Planejamento" e "Construção". A fase de "Concepção e Planejamento" possui três processos: "Desenvolver Modelo Abrangente", "Construir Lista de Funcionalidade" e "Planejar por Funcionalidade". Já a fase de "Construção" incorpora os processos "Detalhar por Funcionalidade" e "Construir por Funcionalidade". Trata-se do método

- (A) *Dynamic Systems Development Method – DSDM*.
- (B) *eXtreme Programming – XP*.
- (C) *Feature-Driven Development – FDD*.
- (D) *Crystal Clear – CC*.
- (E) *Adaptive Software Development – ASD*.

66. Para melhorar o desempenho de consultas SQL, sempre que possível,

- (A) não se deve utilizar *stored procedures* para consultas realizadas com frequência em ambientes de rede.
- (B) deve-se utilizar *DISTINCT* ao invés de *EXISTS* quando se fizer *joins* que envolvam tabelas com relacionamento um-para-muitos.
- (C) deve-se trocar o operador *EXISTS* ou *NOT EXISTS* por *IN* ou *NOT IN*.
- (D) deve-se utilizar funções nas consultas em lugar do operador *LIKE*.
- (E) deve-se substituir o *UNION* por *UNION ALL*.

67. As avaliações de usabilidade permitem a concepção de interfaces que atendam as expectativas e necessidades dos usuários além de garantir melhores decisões de projeto e evitar custos de correções tardias. Os métodos de avaliação podem ser divididos em Métodos de investigação, Métodos de inspeção e Teste com usuários. São Métodos de inspeção: Percurso Cognitivo (*Cognitive walkthrough*),

- (A) Avaliação Cooperativa e Diário de Incidentes.
- (B) Avaliação Heurística e Inspeção de padrões.
- (C) Arranjo de Cartões (*card-sorting*) e Inspeção de padrões.
- (D) Arranjo de Cartões (*card-sorting*) e Avaliação Cooperativa.
- (E) Co-descoberta e Diário de Incidentes.

68. Na *servlet* de uma aplicação Java para *web* deseja-se retornar uma *string* contendo o nome do navegador do cliente e uma *string* contendo o valor de um parâmetro "nome" passado pelo cliente na requisição. Para realizar estas tarefas será necessário chamar, respectivamente, os métodos

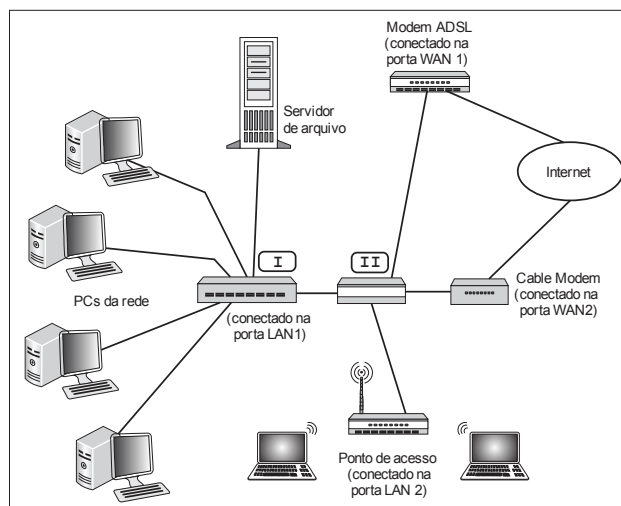
- (A) *getHeader* e *getParameter*, por meio do objeto *request*.
- (B) *getUserAgent* e *getParameterValue*, por meio do objeto *response*.
- (C) *getHeader* e *getAttribute*, por meio do objeto *response*.
- (D) *getNavigator* e *getAttribute*, por meio do objeto *request*.
- (E) *getUserAgent* e *getParameter*, por meio do objeto *request*.

Sistemas da Informação

69. Um Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará precisa fornecer uma solução que permita instalar uma câmera de vigilância que transfira seu sinal primeiro pela LAN padrão Ethernet e depois pela Internet. É necessário prover a alimentação elétrica da câmera pela conexão Ethernet. A solução indicada pelo Analista para solucionar corretamente o problema é o padrão IEEE 802.3af denominado

- (A) 10BaseLX.
- (B) Power over 10GBase-fiber.
- (C) 1GBase-fiber.
- (D) Power over Ethernet.
- (E) 1000BaseLX.

70. Considere a configuração de rede mostrada na figura a seguir:



Os elementos de interconexão de redes indicados nas caixas I e II na figura são, correta e respectivamente,

- (A) *Switch* e *Router*.
- (B) *Bridge* e *Hub*.
- (C) *Gateway* e *Switch*.
- (D) *Switch* e *Hub*.
- (E) *Router* e *Router*.



71. Considere que há dois computadores, cada um em uma sala diferente de uma empresa, e uma única impressora *laser* conectada a uma das máquinas. Um Analista de Controle Externo deseja compartilhar esta impressora entre as máquinas sem usar cabos. É possível tal conexão de algumas maneiras diferentes, tal como:
- (A) Utilizar placas de rede sem fio baseadas em um dos protocolos IEEE 802.11z ou ZigBee, criar uma rede local sem fio e compartilhar a impressora.
 - (B) Utilizar placas de interface sem fio baseadas no protocolo IEEE 802.11b ou WiMax, criar uma rede local sem fio e compartilhar a impressora, com taxas de transmissão de até 54 Mbps.
 - (C) Se a impressora for habilitada para *Bluetooth*, instalar seu *driver* no outro computador habilitando sua conexão *Bluetooth*, adicioná-la à rede *Bluetooth* e compartilhá-la.
 - (D) Instalar antenas pela empresa, criar uma rede local sem fio baseada no protocolo IEEE 802.11g e compartilhar a impressora, com taxas de transmissão de até 54 Gbps.
 - (E) Instalar antenas pela empresa, criar uma rede local sem fio baseada na tecnologia *Light-Fidelity* ou Li-Fi e utilizar a impressora com taxas de transmissão de 100 Gbps.

72. Considere estas duas recomendações de segurança em redes sem fio:

- I. Mudar o SSID, ou nome que identifica a rede, contribui para a segurança da autenticação da rede que utiliza este protocolo. Existem diversas tabelas de senhas já quebradas em SSIDs configurados de fábrica. Modificar o SSID para algo personalizado garante que essas tabelas sejam inutilizadas.
- II. Utilizar este protocolo aumenta a segurança da rede, pois utiliza o AES, um sistema de criptografia bastante seguro, baseado no uso de chaves de 128 a 256 *bits*. Usar o AES garante uma maior segurança, mas exige mais processamento, o que pode ser um problema no caso de redes com pontos de acesso e placas antigas que não têm recursos ou poder de processamento suficientes.

Os protocolos citados nas afirmativas I e II são, correta e respectivamente,

- (A) WEP e WPA.
- (B) EAP e WPA.
- (C) WPA e WEP2.
- (D) 802.11g e 802.1i.
- (E) WPA e WPA2.

73. Considerando os serviços de diretórios e interoperabilidade em ambientes Windows e Linux, é correto afirmar:

- (A) O OpenLDAP pode ser usado em qualquer tipo de rede TCP/IP e é um padrão aberto, permitindo que existam produtos para várias plataformas. Uma das suítes mais usadas é o LDAP. Uma vez instalado, o LDAP pode ser configurado através do arquivo `oldap.conf`, encontrado no diretório `/etc`.
- (B) O Active Directory tem um banco de dados, conhecido como `NTDS.dib`, e está localizado na pasta `%SystemRoot%\NTDS\ntds.dib`. O diretório NTDS somente não existirá se o servidor tiver a função de *Domain Controller*.
- (C) O serviço de diretório do Active Directory (AD) é dividido na estrutura lógica e na estrutura física. A estrutura física do AD consiste em Objetos, Unidades Organizacionais, Domínio, Árvores de Domínio e Floresta. A estrutura física é utilizada para gerenciar os objetos dentro da organização.
- (D) A estrutura lógica do Active Directory (AD) consiste em *Domain Controllers* e *Sites*. A estrutura física é totalmente dependente da estrutura lógica do AD. A estrutura lógica é responsável por otimizar o tráfego de rede e manter a segurança em locais físicos distintos.
- (E) O Samba é um *software* para Linux/Unix que permite o gerenciamento e compartilhamento de recursos em redes formadas por computadores com Windows. Assim, o Samba permite a interoperabilidade entre o Windows e Linux.

74. Em relação a um endereço IPv4 é INCORRETO afirmar:

- (A) Os endereços da classe C variam de 0.0.0.0 até 127.255.255.255, permitindo até 128 redes, cada uma com até 16.777.214 dispositivos conectados.
- (B) O endereço IP é uma sequência de números composta de 32 *bits*, separados em 4 sequências de 8 *bits*, cada uma separada por um ponto.
- (C) O número 172.31.110.10 é um exemplo de um endereço IP da classe B.
- (D) A divisão de um endereço IP em 4 *bytes* facilita a organização da rede. Os dois primeiros *bytes* podem ser utilizados para identificar a rede.
- (E) Uma organização que tem uma rede para gestão e outra para colaboradores, pode ter 172.31.x.x para uma rede e 172.32.x.x para a outra, sendo que os 2 últimos *bytes* identificam os computadores.

**Infraestrutura de TI**

75. Ao estudar os 5 princípios básicos para governança e gestão de TI de uma organização propostos pelo COBIT 5, um Analista de Controle Externo destacou o seguinte princípio: "O COBIT 5 integra a governança de TI à governança corporativa da organização. Cobre todas as funções e processos corporativos. Não se concentra somente na função de TI, mas considera a TI e tecnologias relacionadas como ativos que devem ser tratados como qualquer outro ativo por todos na organização. Considera todos os habilitadores de governança e gestão de TI aplicáveis em toda a organização, incluindo tudo e todos – interna e externamente – que forem considerados relevantes para a governança e gestão das informações e de TI da organização."

O princípio que corresponde à descrição é

- (A) Permitir uma Abordagem Holística.
- (B) Distinguir a Governança da Gestão.
- (C) Aplicar um Modelo Único Integrado.
- (D) Cobrir a Organização de Ponta a Ponta.
- (E) Atender às Necessidades das Partes Interessadas.

76. O Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados define assim um de seus organismos: "É o canal único de comunicação da empresa com seus clientes e a comunidade de usuários que utiliza os serviços e produtos disponibilizados aos diversos segmentos do setor público e privado. Mantém esse canal aberto para receber, registrar, encaminhar e monitorar os acionamentos registrados, interagindo com os Processos Corporativos de Gerenciamento de Incidentes, Requisições de Serviços e Mudanças. Monitora todos os acionamentos, atuando junto à estrutura do Serpro como instrumento de Controle de Qualidade para o atendimento dos prazos acordados e da satisfação dos usuários. Está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, viabilizando continuidade sem interrupção dos serviços. Realiza cerca de 95 mil atendimentos/mês em primeiro nível e encaminha cerca de 19 mil atendimentos/mês para o segundo nível."

De acordo com a ITIL v3, este organismo realiza

- (A) o processo de Gerenciamento do Ciclo de Serviço.
- (B) a função da Central de Serviços.
- (C) o estágio de Melhoria Contínua do Serviço.
- (D) o processo de Gerenciamento da Capacidade.
- (E) a função de Disponibilidade Contínua do Serviço.

77. O modelo CMMI (versão 1.3) pode refletir níveis de capacidade ou de maturidade de uma organização. Considerando que em uma determinada área de processo atingir o nível

- 1 significa dizer que os processos associados com esta área são executados.
- 2 significa dizer que existe uma política indicando que a organização vai executar o processo. Existe um plano para executá-lo. Recursos são providos, responsabilidades atribuídas, treinamento é provido para executá-lo. Produtos de trabalho são controlados, etc.
- 3 significa dizer que existe um processo padrão associado com esta área, que pode ser adaptado às necessidades do projeto. Os processos são mais consistentemente definidos.

Um Analista de Controle Externo concluiu, corretamente, que estas definições são relativas a três

- (A) dos quatro níveis de maturidade para uma organização que utiliza a representação contínua.
- (B) níveis de maturidade: 1. Incompleto; 2. Performado e 3. Gerenciado.
- (C) dos quatro níveis de capacidade para uma organização que utiliza a representação contínua.
- (D) níveis de capacidade: 1. Gerenciado; 2. Definido e 3. Gerenciado Quantitativamente.
- (E) dos cinco níveis de capacidade para uma organização que utiliza a representação por estágios.



78. O PMBoK 5 estabelece algumas relações entre o ciclo de vida do projeto e do produto, dentre as quais inclui-se:
- (A) Todos os projetos têm um fim ou objetivo, mas nos casos em que o objetivo é um serviço ou resultado, pode-se definir um ciclo de vida para o serviço ou resultado em vez de um ciclo de vida de produto.
 - (B) O ciclo de vida de qualquer projeto consiste em fases sequenciais e não sobrepostas, determinadas pela necessidade de produção e controle da organização. A última fase do ciclo de vida de um projeto é geralmente a retirada de circulação deste projeto.
 - (C) Geralmente o ciclo de vida de um produto está contido em um ou mais ciclos de vida do projeto. Vários aspectos do ciclo de vida do projeto prestam-se à execução como produtos.
 - (D) Quando a saída do projeto está relacionada a um produto, há muitas relações possíveis. Por exemplo, um projeto existente pode se beneficiar de um produto para a adição de novas funções ou pode-se criar um produto para desenvolver um novo modelo.
 - (E) Como um projeto sempre tem muitos produtos associados a ele, é possível obter ganhos de eficiência adicionais gerenciando-se todos os produtos relacionados em conjunto. Assim, uma série de produtos distintos pode ser relacionada ao desenvolvimento de um novo projeto.

79. No processo de Gestão de Riscos é importante que a identificação de riscos esteja relacionada continuamente com objetivos, porque os riscos são identificados e priorizados com relação a estes objetivos. Considere a seguinte declaração de riscos:

Objetivo: O Departamento de TI é responsável por implementar o serviço de segurança de acesso por identificação biométrica em 30 dias. Este serviço depende dos equipamentos de leitura biométrica a serem adquiridos pelo Departamento de Compras.

- I. Departamento de Compras pode não entregar a tempo os equipamentos de leitura biométrica necessários para a entrega do serviço de segurança no acesso.
- II. Incertezas relacionadas à aprovação, o Departamento de Compras pode não ter os recursos financeiros liberados a tempo para a aquisição dos equipamentos.
- III. Atraso na entrega do serviço de segurança no prazo de 30 dias, que pode inviabilizar a instalação do equipamento com acesso restrito, que foi adquirido anteriormente, e será entregue pelo fabricante.

Na declaração de riscos, I, II e III correspondem, correta e respectivamente, a informações relativas a

- (A) Responsabilidade do risco, Incertezas do risco e Grau do risco.
 - (B) Riscos internos, Riscos implícitos e Riscos externos.
 - (C) Riscos implícitos, Riscos internos e Riscos externos.
 - (D) Causas do risco, Evento de risco e Impacto do risco.
 - (E) Evento de risco, Causas do risco e Impacto do risco.
80. As ações I a IV referem-se a atividades realizadas em um órgão da Administração pública:
- I. Contabilizar uma nota fiscal ou documento inidôneo no sistema e, posteriormente, emitir uma nota de empenho e receber o seu valor correspondente no setor financeiro.
 - II. Lançar determinado evento contábil e, posteriormente, emitir parecer sobre o mesmo.
 - III. Informar senhas pessoais, que são de uso restrito, a outros usuários para a alterar ou excluir registros que possam interferir em resultados e comprometer tomadas de decisões.
 - IV. Incluir dados e informações privilegiadas, capazes de comprometer as decisões dos processos licitatórios, bem como a emissão de notas de empenho global.

Essas ações

- (A) podem ser realizadas devido à terceirização de atividades de TI.
- (B) ferem os princípios do alinhamento de TI e negócios.
- (C) ferem os princípios da segregação de funções.
- (D) não respeitam o Planejamento Estratégico de TI.
- (E) fazem parte do programa de gestão de riscos.



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

Instruções:

Em conformidade com o Capítulo VIII do Edital do Concurso:

- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, no espaço destinado à redação definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; fugir ao tema proposto.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.
- Será considerado habilitado na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)."

Um projeto de implantação um novo sistema de informação está sendo desenvolvido em um Tribunal de Contas e, paralelamente, está sendo realizada uma licitação para fornecimento de equipamentos de informática para os futuros usuários do novo sistema, sendo esses equipamentos compostos por *desktops*, *notebooks* e *tablets*.

A área responsável pelo gerenciamento da Tecnologia da Informação no Tribunal estabeleceu que somente poderiam ser fornecidos *desktops* com fonte de energia triangular e com montagem no canto inferior esquerdo do gabinete do computador, *notebooks* com autonomia de bateria de 12 horas e *tablets* com telas de tamanho 241,2 × 185,7 × 9,4 mm.

Diante das condições estabelecidas, somente um fornecedor estaria apto a fornecer o conjunto de itens licitados.

Quanto ao desenvolvimento do *software* do novo sistema de informação, o projeto já foi iniciado e será pago conforme a previsão de entregas dos seguintes itens, constantes no projeto básico da licitação:

- 10% dos valores do contrato serão pagos ao término da engenharia de requisitos;
- 20% dos valores do contrato serão pagos ao término da modelagem e arquitetura do sistema;
- 50% dos valores do contrato serão pagos quando os programas de aplicação e estruturas de dados estiverem prontos;
- 10% serão pagos após o treinamento dos usuários, incluindo usuários de outras entidades que acessarão dados via interface do novo sistema, a partir de sistemas legados externos;
- 10% serão pagos após a implantação completa.

Como o novo sistema será aplicado à área de Contabilidade, foi estabelecido um trabalho de auditoria interna paralelo à execução do projeto, com a finalidade de avaliar a evolução do risco para o Tribunal mediante a introdução do novo sistema de informação.

No planejamento do trabalho, foram consideradas as transações eletrônicas e seus registros de dados dentro do novo sistema de informação de uso e acesso interno do Tribunal.

No programa de trabalho para exame dos sistemas de processamento eletrônico de dados (PED), a auditoria considerou o grau da integração dos sistemas computadorizados com os registros contábeis da entidade e o exame da estrutura e confiabilidade dos sistemas, como forma de propiciar a confiabilidade das demonstrações contábeis.

Com base na legislação aplicável e utilizando os conceitos doutrinários correntes, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a. Qual a modalidade e o tipo de licitação aplicáveis para as aquisições previstas no projeto do novo sistema?
- b. A definição das especificações dos equipamentos compromete os critérios adotados na licitação? A licitação pode ser impugnada?
- c. Relacione evidências para a auditoria da execução do contrato que sirvam de apoio para a liquidação dos pagamentos.
- d. Quais os itens faltantes do planejamento e no programa do trabalho da auditoria? Quais pontos de avaliação não estão sendo explorados?
- e. Quem deve verificar a execução do contrato, segundo estabelece a Lei nº 8.666/1993? É possível contratar terceiros para dar assistência ao responsável?

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	

RA S U N H O



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RA S C U N H O